



## ÀS MARGENS COM MEDÉIA

### MEDEA AT THE MARGINS

Denise Espírito Santo / UERJ  
Ítala Isis de Araujo / UERJ

#### RESUMO

O presente artigo apresenta o percurso da equipe do projeto de extensão Palco em Debate e de sua principal ação de trabalho, o projeto Zonas de Contato, do Instituto de Artes da UERJ, em busca de pistas que indiquem possíveis intercessões entre o mito de Medéia e a violência de gênero no Brasil e na América Latina. Entre releituras do próprio mito de Medéia a partir do cinema, da dança e do teatro, buscamos com essa pesquisa uma sintonia com o debate sobre o feminicídio e as pesquisas históricas sobre a mulher negra escravizada no Brasil. Ao buscarmos uma interface entre os campos da criação artística, do ativismo social e movimentos focados nas demandas da mulher, nos deparamos com gritos de Medeias urbanas, resistentes e insistentes em se fazer existir no chão da cidade.

#### PALAVRAS-CHAVE

Medéia; feminicídio; mulher; corpo; cidade.

#### ABSTRACT

This article presents the trajectory of the UERJ Institute of Arts extension team projects Contact Zones and the Stage in Debate, searching for pathways that indicate possible intersections between the myth of Medea and gender violence in Brazil and Latin America. Between re-readings of the Medea myth itself, via cinema, dance, and theatre, we seek to align this research with debates of on femicide and historical research on the black woman enslaved in Brazil. In searching for an interface between the fields of artistic creation, social activism and movements focused on the demands of women, we find the cries of urban Medeas, resistant and insistent on making themselves exist on the city ground.

#### KEY WORDS

Medea; Femicide; woman; body; the City.

“O que, mulher! Ousarias matar teus dois filhos?” (CORO em EURÍPEDES, 1976: p. 38).

A tragédia Medéia de Eurípedes ocupa no repertório clássico um lugar especial: ela reconhece pela primeira vez a existência de uma heroína capaz de causar uma grande catástrofe sem ser diretamente atingida pela justiça dos homens na ordem patriarcal. Ela recompõe de modo incisivo a grande divisão entre a ideia de natureza e de cultura, tema recorrente da obra de Eurípedes, como veremos ainda em *As Bacantes*. Vinda de uma terra distante, de onde partiu para uma aventura cuja motivação maior foi a paixão por Jasão, Medéia vive a experiência do exílio e da deterioração dos seus laços comunais. Jasão, o jovem ambicioso e herdeiro de um trono confiscado pelo tio, viaja a Cólquida em busca de um velocino de ouro, totem sagrado que o fará recuperar o trono de seu pai; para essa conquista recebe a proteção de Hera que convocará os poderes de Medéia visando protegê-lo das intempéries que o aguardam em seu jubiloso empreendimento. Em retribuição à conquista do velocino de ouro, Jasão leva Medéia para Corinto, casa-se com ela e vivem juntos por um pacto de amor e de fidelidade, até que novos planos o desviem de sua promessa.

Medéia é conhecida das lendas da Antiguidade por seus poderes mágicos extraordinários. Sua terra natal, a Cólquida, era famosa pelas aptidões sobrenaturais de seus habitantes. Medéia vive como estrangeira numa terra para a qual seus saberes nada servem; vê-se gradativamente destituída dos laços que a mantêm e se apagam mediante uma sujeição voluntária a outra história, outros valores, outra comunidade. O seu crime maior - o infanticídio é uma resposta letal a esta ordem patriarcal que ela rejeita.

A personagem emblemática da obra de Eurípedes é reconhecida por alguns especialistas como a heroína singular que ao cometer um ato de proporções incalculáveis expõe as fraturas de um sistema social que sucumbe frente ao imperativo dos saberes ancestrais, do eterno combate entre a natureza, a lei e a sociedade. O projeto de extensão Palco em Debate/Zonas de Contato, do Instituto de Artes da UERJ elege Medéia como inspiração para um projeto de criação teatral que priorizará o debate sobre a violência de gênero e feminicídio no Brasil e na América Latina. Um assunto que, a despeito das conquistas recentes no âmbito das

políticas pelos Direitos Humanos, esbarra ainda numa espécie de violência estrutural que rege nossas sociedades sexistas e misóginas. Com isso, a montagem aposta numa discussão sobre a gênese desta violência estrutural e simbólica que estariam na base de processos civilizatórios seculares, que revelariam ainda um *ethos* humano sob o emblema das forças que se antagonizam e se complementam, por assim dizer, a natureza da cultura e da barbárie. A montagem abrigará diferentes concepções de um teatro que acena para o “desfronreamento” de linguagens e discursos – do teatro, da performance, da dança, das artes visuais e do ativismo social.

O que traz Medéia de volta ao nosso tempo? Quais saberes esquecidos nos ligam a essa personagem e por que “dentre todas as heroínas trágicas, sua dor, sua cólera, seu pânico têm ecos tão atuais, atravessando os milênios que nos separam do mundo grego?” (STENGERS, 2000: p. 46,47). Este artigo apresenta um pouco do nosso percurso em direção ao encontro das dimensões históricas e políticas dessas perguntas, confirmando a opção por uma dramaturgia do corpo/cidade (SANTO E LOTUFO, 2014) como via potente de atualização dessas questões.

### **A mulher na cidade**

“O homem, dono do lar, sai para distrair-se do seu tédio junto de algum amigo ou de pessoas de sua idade; mas nós, é preciso não termos olhos a não ser para eles.” (MEDÉIA em EURÍPEDES, 1976: p. 15).

Em seu livro *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, Richard Sennet (2003) observa a influência determinante das questões do corpo expressas na vida cotidiana, estrutural e política da cidade. O autor começa pela Grécia antiga, especificamente Atenas, no tempo de Péricles, cujo ideal de *auto-poieses* concebia a cidade como obra de arte, ou seja, como um espaço criado por homens livres, criadores de si. Um espaço onde a liberdade dos corpos coincidia com a liberdade do pensamento. Na prática, esse ideal se refletia no culto à palavra como forma de participação direta na criação dessa cidade e no culto ao corpo como distinção entre fortes e vulneráveis. Essa distinção tinha como parâmetro o calor dos corpos. Partindo dessa lógica, aos homens, cujos corpos eram considerados mais quentes, era atribuído o título de cidadãos da polis. Mulheres e escravos não possuíam esse

título por terem seus corpos classificados como mais frios. Esse parâmetro pautava a educação dos cidadãos e construía todo um modo hierárquico de vida, tendo a ciência do calor como forma de manutenção de regras de dominação e subordinação. Essa desigualdade se refletia inclusive no modo de andar. Os homens deviam caminhar com calma, firmeza e elegância, enquanto as mulheres deviam caminhar de forma lenta e hesitante. Se contrapondo a esse lugar cotidiano de subordinação, o autor observa as transformações dos rituais femininos agrários no contexto da cidade ateniense. Esses ritos não produziam uma rebelião, mas restauravam, na intimidade dessas mulheres, a condição de agentes ativos, ao invés de vítimas (SENNET, 2003).

Para Monnet (2013), a exclusão da mulher, como ser estranho ao espaço da cidade, está nessa origem da ideia de polis, acontecendo pela dupla via de discurso da rua como lugar perigoso e promíscuo, onde a mulher poderia ser agredida ou identificada como “pública”, ou seja, de todos, em oposição à “privada”, ou seja, de um homem só. Segundo a autora:

As mulheres sabem que o espaço urbano não é completamente delas. (...) Se, atualmente, as mulheres estão muito mais presentes no espaço público, o contexto urbano constantemente lhe transmite mensagens para que elas saibam o seu lugar, pois a estrutura social está presente em todas essas interações, e estas ainda parecem ser muito mais difíceis e arriscadas para as mulheres, do que para os homens. (MONNET, 2013: 227)

Antes, no entanto, de tomar a história grega como referência absoluta de uma ideia universal de experiência da mulher no espaço da cidade, é preciso deslocar o olhar para certo corpo feminino muitas vezes invisibilizado dentro de alguns segmentos do movimento feminista. Trata-se da mulher negra. Sobretudo da experiência do corpo negro feminino na cidade durante o período da escravidão.

No Brasil, as mulheres negras escravizadas nos meios rurais eram sujeitadas às mesmas condições de trabalho que os homens negros, às mesmas crueldades nos castigos e, somando-se a isso, às violências de gênero específicas à sua condição de mulher. Nesse contexto, a migração para o espaço urbano acabava se tornando uma oportunidade de conquistar a própria liberdade, fosse estabelecendo alianças para possíveis fugas, fosse juntando dinheiro para comprar sua alforria. Sobre isso, Maria Odília Dias (2012) comenta:

As de melhor aparência (segundo os critérios dos proprietários), as mais inquietas, espertas ou habilidosas, conseguiam trabalhar como quitandeiras, ou escravas de “ganho” na cidade. Os pequenos excedentes constituíam a oportunidade de as mulheres escravas conquistarem sua liberdade, através do pequeno comércio de gêneros alimentícios e vendas ambulantes. Tratava-se de um comércio clandestino, que não respeitava os preços tabelados pelas autoridades municipais, mas que garantiu a sobrevivência de familiares e dos escravos fugidos que viviam em quilombos (DIAS, 2012: p. 376).

A presença da mulher negra na cidade, sobretudo quitandeiras e escravas “de ganho”, acabava se tornando, portanto, um corpo estranho, de mulher de segunda classe, mas que, paradoxalmente, conquistava maior autonomia e mobilidade no espaço urbano do que as mulheres brancas. Nota-se, portanto, que para a mulher negra, a cidade se constituiu como uma tática de emancipação, longe do ideal de liberdade, mas dotado de brechas capazes de abrir alternativas de resistência e sobrevivência (BONOMO, 2014).

### **Religião, magia, canto e impropérios**

“Mais vale ir direto a eles pelo caminho em que nos avantajamos, fazendo-os perecer pelo veneno.” (MEDÉIA em EURÍPEDES, 1976: p. 21).

Outro lugar de resistência das mulheres negras escravizadas no Brasil Colônia situava-se na religião e na magia. A prática do sincretismo, sobretudo com a religião católica, era mais uma dimensão dessa sabedoria religiosa. Através das habilidades, trazidas da África, no uso de plantas, folhas e raízes, elas acessavam o mundo espiritual e agiam na organização da vida comunitária.

Essas habilidades produziam nos senhores de escravos certo temor, sobretudo o de serem envenenados. Por conta disso, muitas escravas sob as quais recaía a suspeita de prática de curandeirismo eram duramente castigadas. “O temor dos senhores de serem envenenados pelas escravas não era sem fundamento, já que havia as que conheciam ervas e misturas capazes de fazer mal ou mesmo matar” (DIAS, 2012: p. 374).

Além da magia através das plantas, o canto também estava muito presente no cotidiano de homens e mulheres escravizados, como forma de amenizar as dificuldades do trabalho na lavoura e também como via de escárnio. A palavra,

dirigida ora aos deuses, ora aos seus senhores e capatazes, deslizava de forma ambígua entre lamentos, evocações, chacotas e impropérios (DIAS, 2012).

### **Aborto e infanticídio**

“Não! Pelos demônios vingadores, pelos deuses dos infernos, não será dito que deixei os meus filhos expostos aos ultrajes dos meus inimigos.” (MEDÉIA em EURÍPEDES, 1976: p. 46).

Por serem tratadas exclusivamente como força de trabalho, desprovidas de qualquer direito à humanidade, as mulheres negras não gozavam de nenhum cuidado em situações de gravidez, na maioria dos casos decorrente de estupros provocados pelos senhores de engenho, pelos capatazes, ou pelos próprios companheiros escravizados. Esta era vista inclusive como antieconômica, na medida em que o mínimo cuidado com um filho diminuiria o tempo de trabalho compulsório dessas mulheres na lavoura. Diante de tais condições, cabe observar o aborto e o infanticídio provocados por mulheres negras como atos de resistência. Uma forma extrema de libertar suas proles da condição subumana de escravizadas. Talvez esta seja uma das questões que mais aproximem a figura de Medéia à história das mulheres negras (SILVA, 2010). Sobre isso, Maria da Penha Silva (2010) comenta:

É de muita importância observar que até mesmo numa atitude trágica reflete-se o desejo de liberdade onde pessoas mesmo desprestigiadas socialmente lutam com as armas que possuem pelo direito de melhorarem suas vidas, são atitudes tomadas em momento de desespero que nos leva a crer que resistir ao sistema dependia do momento e das circunstâncias em que os escravizados estavam inseridos e tais atitudes mostram a verdadeira face do sistema escravista (SILVA, 2010: p. 3).

O direito ao aborto seguro e descriminalizado ainda é uma questão no Brasil, sobretudo para mulheres negras e pobres, maiores vítimas da criminalização (Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, 2015). É também o corpo negro o mais vitimado em homicídios contra mulheres no país (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015) e o mais encarcerado em instituições prisionais (PORTAL BRASIL, 2015). Essa realidade, que, num certo sentido, está diretamente ligado ao direito ao próprio corpo, nos leva a perguntar sobre nossa história escravagista e sobre os mecanismos estatais de produção e manutenção dessa história na atualidade.

## Violência como ato comunicativo

“De todos os seres que respiram e que pensam, nós outras, as mulheres, somos as mais miseráveis” (MEDÉIA em EURÍPEDES, 1976 p. 15).

O estudo de Rita Segato (2013) nos leva à necessidade de repensar essa complexa relação entre corpo, violência e Estado, sobretudo quando se trata da violência de gênero e do feminicídio. A partir de uma arriscada pesquisa sobre a recorrência de assassinatos de mulheres pobres e mestiças na Cidade de Juárez, fronteira norte do México, a autora propõe pensar o sentido de feminicídio, nesse contexto, como algo distinto da violência com motivações sexuais. Trata-se de uma espécie de violência como linguagem, ou seja, como ato comunicativo a um determinado grupo social, cuja superfície de escritura é o próprio corpo das mulheres assassinadas. Nesse sentido, os assassinatos na Cidade de Juárez são, mais do que consequências, produtores de impunidade, na medida em que expressam um poder decorrente de certa interseção entre Estado e narcotráfico no controle social. Ou seja, são crimes de um segundo Estado, um Estado paralelo (SEGATO, 2013). Dessa forma, a autora propõe:

¿ Qué es, entonces, un feminicidio, en el sentido que la Ciudad de Juárez confiere a esta palabra? Es el asesinato de una mujer genérica, de un tipo de mujer, sólo por lo ser mujer y por lo pertenecer a este tipo, de la misma forma que el genocidio es una agresión genérica y letal a todos aquellos que pertenecen al mismo grupo étnico, racial, lingüístico, religioso o ideológico. Ambos crímenes se dirigen a una categoría, no a un sujeto específico. Precisamente, este sujeto es despersonalizado como sujeto porque se hace predominar en él la categoría a la cual pertenece sobre sus rasgos individuales biográficos o de personalidad (SEGATO, 2013: p. 36).

É a recorrência de crimes contra os corpos negros, femininos, periféricos, advindos direta ou indiretamente do braço armado do Estado que nos leva a pensar nessa violência feminicida como ato comunicativo no contexto brasileiro. É, sobretudo, quando observamos as consequências do embate entre esses corpos e o Estado que mais nos aproximamos da urgência de produzir outras vias de organização social.

## Coletivos de Mulheres na atualidade

“Aproxima-se o dia em que a mulher será reverenciada e uma injuriosa reputação já não pesará sobre ela.” (CORO em EURÍPEDES, 1976: p. 22).

Um pouco pela facilidade de comunicação entre grupos através das redes sociais, um pouco por reação aos enormes retrocessos das políticas públicas, o que vemos atualmente é a multiplicação de movimentos sociais, atos, manifestações, que destacam ou defendem especificamente pautas que dizem respeito à vida das mulheres.

Como parte do nosso processo de criação, buscamos conhecer mais de perto alguns desses movimentos. Em maio de 2017, estivemos realizando um trabalho de campo em Rio das Ostras, município da região dos Lagos do Rio de Janeiro, para conversar com dois movimentos que, de maneira complementar, atuam nessa direção: Movimento Chega de Estupros e Coletivo das Minas, ambos vinculados, na sua origem, ao Polo Universitário de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense.

O Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras nasceu em 2013, como forma de enfretamento da violência doméstica e de gênero neste município, depois que uma menina de dois anos foi violentada e assassinada na região. O movimento é composto por mulheres de diferentes idades, professoras e alunas, principalmente do curso de Serviço Social. Na reunião pública, convocada pelo facebook, em que comparecemos, estiveram presentes, pela primeira vez, além de alunas de outros cursos, moradoras do município, sem qualquer vínculo com a universidade. Também esteve presente na reunião Renata Coutinho, integrante da Liga Brasileira de Lésbicas e psicóloga da Comarca de Rio das Ostras do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que se apresentou como parceira do movimento. Convidamos Renata para uma conversa, no que ela aceitou prontamente, sendo bastante generosa e comprometida em nos colocar a par de questões fundamentais sobre a relação entre as demandas sociais e as políticas públicas para a região.

Um dos pontos de pauta da reunião do Movimento Chega de Estupros foi o fechamento da Casa da Mulher em Rio das Ostras, que na região era sustentada pela administração municipal. O que compreendemos através da conversa com

Renata e da reunião do movimento é que, mesmo antes de fechar, o espaço já não apresentava nem qualidade nem quantidade expressiva no atendimento às mulheres. Esse fato, aliado ao constante discurso de crise, contribuiu para o fechamento do espaço. Atualmente quem tem recebido os casos de agressões contra mulheres que ocorrem na região é o CREAS, Centro de Referência Especializada em Assistência Social. O CREAS é voltado para o atendimento a famílias em risco social. Embora a Casa da Mulher de fato não cumprisse seu papel, demandando alterações na rotina do atendimento, ainda era o espaço de referência no atendimento às mulheres da região. O CREAS, apesar de se mostrar disponível a atender às mulheres que chegam com queixas de violação, não tem o atendimento à mulher como atribuição primeira. Seu foco é o atendimento a casos de violação dentro de direito dentro da família. O que fica descoberto em termos de amparo é justamente os casos de mulheres que sofrem violência na rua. Ou seja, apesar da boa vontade, o CREAS acaba se configurando como um espaço voluntarista, sem nenhuma obrigação legal. As mulheres que sofrem violência no espaço urbano hoje não possuem nenhum lugar de referência no município.

Existe também uma percepção de que os serviços públicos de maneira geral estão se tornando cada vez mais precários. Isso se faz sentir primeiramente no atendimento às demandas das mulheres. Situações como a não realização da Conferência Municipal de Saúde da Mulher, etapa determinante para que os movimentos sociais de Rio das Ostras pudessem participar com uma delegação representando o município na Conferência Estadual de Saúde da Mulher, a se realizar em 10 de junho de 2017, expressam certo nível de descaso e sabotagem para com os movimentos da sociedade civil que é sintomático nesse contexto.

Embora não seja sua ação exclusiva, é possível perceber que o Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras tem certa preocupação por pautar o Estado no diálogo por políticas públicas efetivas para o segmento das mulheres na região.

Além da Renata, conversamos também com Bruna, integrante do Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras desde sua fundação, mas também do Coletivo das *Mina* – PURO. O coletivo surgiu, segundo sua apresentação em página do facebook, pela necessidade de um espaço auto organizado feminino na Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras - RJ. Começou exclusivamente pelo facebook, mas

logo saiu do espaço virtual para o encontro no campus. A partir da conversa com Bruna, percebemos que o coletivo, composto exclusivamente por alunas do campus, com perfil mais jovem, atua de maneira diversa do movimento, preocupando-se muito mais com ações que produzam mudanças no cotidiano dentro do campus – indicações de oportunidades de trabalho, discussões sobre o comportamento machista de colegas, reuniões de convivência e troca de experiências sobre modos de vida – do que com o embate com o poder público.

O encontro e articulação entre o Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras e o Coletivo das *Mina* - PURO, e essas várias gerações dentro do mesmo ambiente, nos enche de esperança sobre a possibilidade de mudança profunda das formas de convivência nesse espaço, tornando inevitável a necessidade de outros parâmetros de organização social.

Cabe, no entanto, observar a necessidade, já apontada pelo Movimento Chega de Estupros em Rio das Ostras, de ultrapassar o espaço universitário, chegando de maneira efetiva a outros grupos sociais, periféricos. Não no intuito superficial de conscientizar esses grupos sobre questões que talvez não sejam suas demandas prioritárias, ou normatizar seus comportamentos e modos de fruição, mas no exercício radical de deslocamento do olhar, que pode levar ao encontro e oportunidade de compreensão de outros modos de vida comunitária, outros campos de relações de poder e, conseqüentemente, outras formas de resistência possíveis.

## Conclusão

Tem uma velha história  
de uma mulher chamada Medéia  
Há mil anos ela chegou  
em uma praia estrangeira  
O homem que a amava, levou ela para lá  
Ele disse: você está em casa  
Ela falava outra língua  
que as pessoas de lá  
para leite, pão e amor

eles tinham uma outra palavra

Ela tinha o cabelo diferente

e seu caminhar era outro

Nunca se sentiu em casa

A olhavam desconfiados

O que aconteceu com ela

conta Eurípedes

seus coros poderosos cantam

de um julgamento antigo

Só o vento sopra nas ruínas

Da cidade inóspita

e poeira são pedras com que

apedrejaram a estrangeira

De repente ouvimos falar

que em nossas cidades

se vêem Medéias novamente

entre bonde e carro e trem

voltou a velha gritaria

1934 \_\_\_\_\_ 2013-2016

Em nossa cidade de \_\_\_\_\_

(Berlim? Rio de Janeiro?)

Brecht

Ao reunir as reflexões, aqui apresentadas, nos damos conta de que nossa realidade latino-americana e pós-colonial é atravessada por marcas, cicatrizes, memórias que sempre estiveram presentes no nosso cotidiano, mas parecem gritar em situações de crise social e política mais aguda, como a que enfrentamos hoje no Brasil pós-golpe.

A compreensão sobre as formas de produção e manutenção da nossa herança escravagista nos coloca o desafio de enfrentamento. Como artistas, educadoras e pesquisadoras, nossa luta acontece, sobretudo, no campo estético e político, tendo no teatro e nas ações performáticas vias de resistência. Com isso, a Medéia que desejamos invocar nesse processo é a inevitável escuta e reconhecimento desses gritos que já estão presentes no chão da cidade e nos nossos próprios corpos, muitas vezes embrutecidos pela rotina mecanizada do espaço urbano.

Trabalhar com uma dramaturgia que articule memória, corpo e espaço público é contribuir para uma escuta porosa, afetiva, acessível e, simultaneamente, extraordinária, na medida em que se faça como quebra da rotina urbana, da nossa própria história de resistência: Doroth Stang, missionária ambientalista assassinada com seis tiros, na cidade de Anapu, no estado do Pará, em 2005; Marinalva Manoel, líder guarani kaiowá, morta por pistoleiros armados após ter participado de um protesto em Brasília contra o genocídio dos povos indígenas em 2013; Cláudia Ferreira, baleada durante uma operação policial no Morro da Congonha, Rio de Janeiro, e arrastada por um camburão da polícia militar em 2014; Berta Cáceres, líder feminista hondurenha assassinada em 2016; Francisca das Chagas Silva, líder quilombola maranhense, morta no município de Miranda do Norte em 2016; Mães da Maré e de Acari, cujos filhos foram assassinados pelo aparelho repressor do Estado – a polícia militar do Rio de Janeiro; Luana Reis, mulher negra, mãe e lésbica, que morreu após ser espancada por policiais militares de Ribeirão Preto, São Paulo, em 2016. Mulheres cujas memórias continuam presentes, nos inspirando e convocando a ter coragem de vislumbrar outras realidades possíveis.

### Referências Bibliográficas

- BONOMO, Juliana Rezende. O tabuleiro afro-brasileiro: o abastecimento alimentar e a resistência das quitadeiras negras no Brasil do século XVIII. Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH. SP, 2014. Disponível em [http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865\\_ARQUIVO\\_OTABU LEIROAFROanpuhsantos.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865_ARQUIVO_OTABU LEIROAFROanpuhsantos.pdf) Acessado em 10 de junho de 2017.
- DIAS, Maria Odília. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.
- EURÍPEDES. Medéia / As Bacantes. Miroel Silveira e Junia Silveira Gonçalves (trad.). São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1976.
- FRENTE NACIONAL CONTRA A CRIMINALIZAÇÃO DAS MULHERES E PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO. Criminalização das Mulheres pela Prática do Aborto no

- Brasil: Dossiê 2007 – 2014. São Paulo: 2015. Disponível em <https://frentelegalizacaoaborto.files.wordpress.com/2016/09/dossiecc82-frente-contra-a-criminaizacca7acc83o-das-mulheres.pdf> Acessado em 10 de junho de 2017.
- MONNET, Nadja. Flanâncias Femininas e Etnografias (trad.) JACQUES, Paola Berenstein. Redobra. n. 11, p. 218 – 234. Ano 4, 2013. Disponível em: [http://www.redobra.ufba.br/?page\\_id=109](http://www.redobra.ufba.br/?page_id=109) . Acessado em 14 de abril de 2015.
- “Presas são jovens, negras e com baixa escolaridade no País”. Matéria sobre o perfil das mulheres encarceradas no Brasil. Por: Portal Brasil. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/presas-sao-jovens-negras-e-com-baixa-escolaridade%20no-pais> Acessado em 11 de junho de 2017.
- SANTO, Denise Espírito e LOTUFO, Júlia Junior. Corpografias Urbanas. Rev. Bras. Estud. Presença. Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 70-82, jan./abr. 2014. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/presenca/article/view/41982> Acessado em 10 de junho de 2017.
- SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas em Ciudad Juárez: Territorio, soberanía y crímenes de segundo estado. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.
- SENNET, Richard. Carne e Pedra. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, Maria da penha. Mulheres Negras: Sua participação histórica na sociedade escravista. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.
- STENGERS, Isabelle. Lembra-te de que sou Média. BH: Ed. UFMG, 2000.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: Flacso Brasil, 2015.

### **Denise Espírito Santo**

Professora adjunta de ensino da arte no Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do projeto de extensão Palco em Debate / Zonas de Contato. Em março de 2017, realizou residência artística nas cidades de Oaxaca e Morelia, México. Publicou os livros Zonas de Contato: usos e abusos de uma poética do corpo em 2014, Poemas de Qorpo-Santo em 2000 e Miscelânea Quiriosa em 2004.

### **Ítala Isis de Araujo**

Graduada em Gravura (UFRJ) e Mestra em Estudos Contemporâneos das Artes (PPGCA/UFF). Suas áreas de interesse concentram-se nas relações entre corpo, errância, política e cidade. Atualmente é professora de Artes do Município de Duque de Caxias e bolsista Qualitec do Laboratório de Ensino da Arte do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.